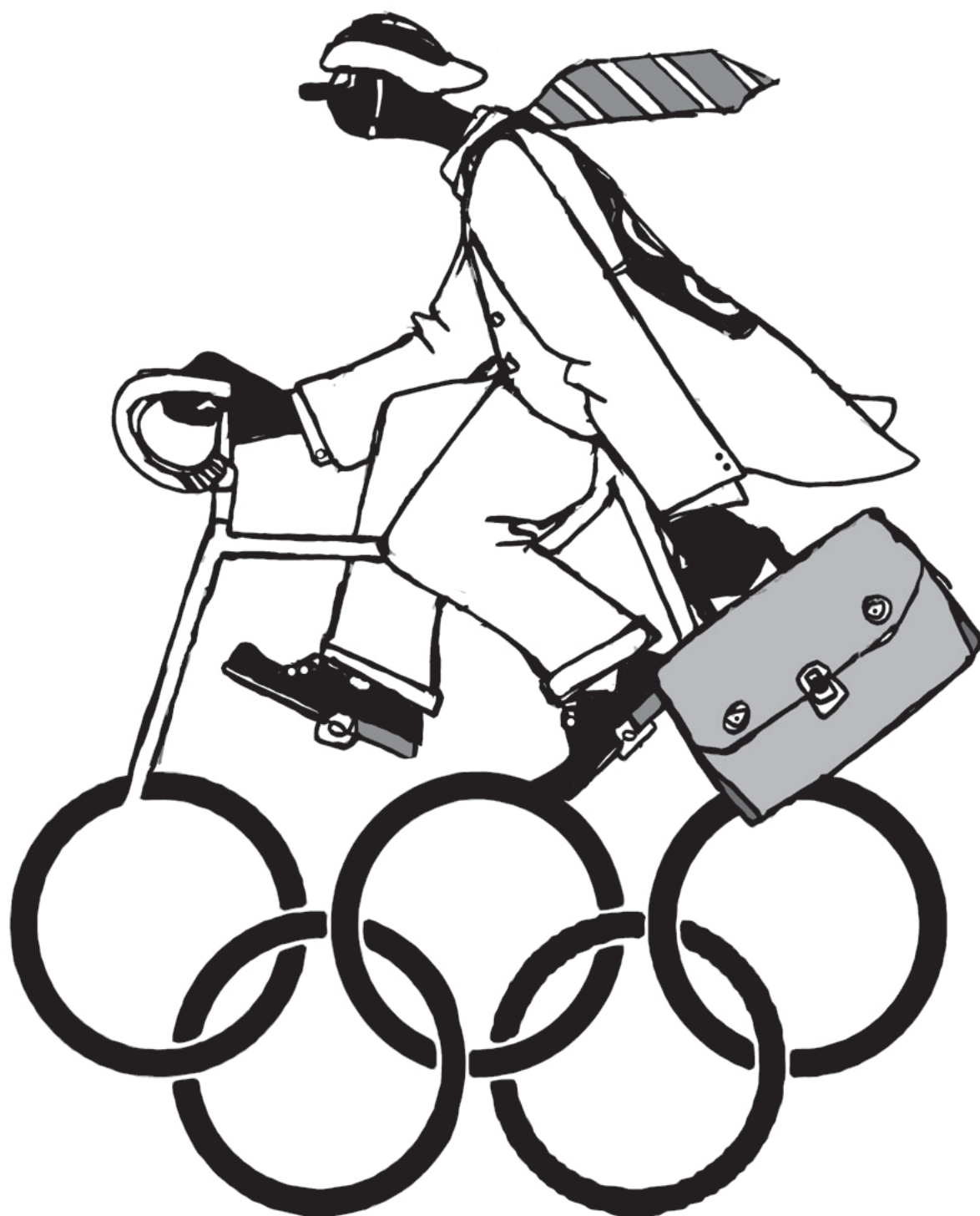


Rio 2016: o fim da decadência econômica?

Os Jogos Olímpicos de 2016, aliados ao Pré-Sal, aos grandes projetos siderúrgicos-portuários e petroquímicos e à Copa de 2014, indicariam um ponto de inflexão no processo histórico de esvaziamento econômico da ex-capital federal e Estado do Rio. Mauro Osório, Carlos Vainer e André Urani apresentam suas visões sobre o tema.



**O 1º Encontro
Sul-Americano de
Populações Afetadas
por Projetos
Financiados pelo
BNDES**

Editorial

O futuro do Rio em debate

■ Chegamos à nossa última edição do ano de 2009.


E escolhemos o tema relacionado ao futuro do desenvolvimento da nossa cidade, como o principal assunto desse número do *JE*.

A escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016, e provável palco do jogo final da Copa do Mundo de 2014; aliado ao fato de projetos de grande envergadura – como o Comperj, em Itaboraí, e o pólo siderúrgico da região de Santa Cruz e Sepetiba – já estarem em andamento, com fortes impactos em toda a nossa região metropolitana, despertam opiniões variadas e conflitantes sobre o significado desse momento.

Carlos Vainer, professor do IPPUR da UFRJ e ex-diretor da instituição, abre essa discussão apontando que, a rigor, vivemos um processo que nos remete ao início do longo período em que a cidade teve em César Maia o seu principal dirigente político. A partir do lançamento do chamado Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, ainda no início dos anos noventa, foram estabelecidas as bases de um tipo de desenvolvimento – e de aportes do Estado – que se caracteriza como excludente, não coerente com as principais demandas da nossa população. Mas que, na visão de Vainer, se coaduna com o processo de abertura econômica e privatização dos espaços públicos, características do modelo hegemônico em curso no país, desde então.

André Urani, por sua vez, apresenta um outro ponto de vista, onde ressalta as oportunidades que se colocam em nosso horizonte, a partir inclusive dos vultosos investimentos em curso, na nossa região. E Mauro Osório, o nosso entrevistado do mês, expõe a sua visão sobre as possibilidades e riscos que esse momento nos oferece, para que seja superada uma fase em que perdemos relativo peso econômico, e político, em comparação a outras regiões do país.

Completando essa edição, e dentro do tema principal desse número, o Fórum Popular do Orçamento aborda uma visão dos programas e ações que respondem, no Orçamento do Município do Rio de 2010, à necessidade de gastos com os eventos esportivos previstos para a cidade, em especial as Olimpíadas de 2016.

Por fim, recomendamos a atenção para a resenha do recém-lançado livro *O Brasil sob nova ordem*, feita por Rosa Maria Marques, e para o artigo de Patrícia Bonilha, da Rede Brasil sobre as Instituições Financeiras Multilaterais, com informações importantes sobre a realização, aqui no Rio, do I Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas por Projetos Financiados pelo BNDES. Tenham uma boa leitura e aproveitamos para desejar aos nossos leitores um ótimo ano de 2010, com os votos de muitas realizações, saúde e esperanças de um melhor viver para todos. 

SUMÁRIO

- 3 Olimpíadas 2016
Carlos Vainer
Rio 2016: um jogo (Olímpico?) de cartas marcadas
- 5 Olimpíadas 2016
André Urani
Salto qualitativo na retomada do desenvolvimento
- 7 Entrevista - Mauro Osório
“Deveremos buscar para a cidade, região metropolitana e estado uma política que tenha centralidade na cadeia produtiva do petróleo e gás e nas áreas de turismo, design, entretenimento, cultura, mídia e esporte.”
- 10 BNDES
Patrícia Bonilha
BNDES, cada vez mais na mira
- 13 Resenha
Rosa Maria Marques
“O Brasil sob a nova ordem”
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Traços olímpicos no projeto orçamentário de 2010
- 16 Alunos do Corecon-RJ têm alto índice de aprovação na Anpec

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Paschetto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Paschetto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoutto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Rio 2016: um jogo (Olímpico?) de cartas marcadas

■ Carlos Vainer*

A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro não é obra do acaso. Ela é o desenlace de trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs entre nós. Ela expressa também a conformação progressiva de uma nova coalizão de poder local, que embora submetida a dissidências, inaugurou-se e enraizou-se sob a égide de Cesar Maia¹.

Momento simbólico, senão fundador, desta concepção certamente foi a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, levada a cabo em 1993 e 1994.

“Em 22 de novembro de 1993, a Prefeitura do Rio de Janeiro firmava com a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN) um acordo para a promoção do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). Em 4 de fevereiro de 1994, 46 empresas e associações empresariais instauraram o Consórcio Mantenedor do PECRJ, garantindo recursos para o financiamento das atividades e, particularmente, para contratação de uma empresa consultora catalã, de profissionais que iriam assumir a Direção Executiva do Plano e de outros consultores privados. Em 31 de outubro do mesmo ano, em sessão solene, é instalado o Conselho de Cidade - “instância maior do Plano Estratégico da Cidade do Rio do Janeiro”, segundo os termos constantes

do convite assinado triplicemente pelos Presidentes da ACRJ, da FIRJAN e pelo Prefeito.<....>

No nobre cenário oferecido pelos jardins internos do Palácio Itamaraty, o movimento daquela manhã ensolarada e fresca certamente surpreende os heráldicos cisnes, aposentados desde a transferência da capital para Brasília. Quem são, talvez se perguntem? São os homens bons (e também mulheres) da cidade, os cidadãos: empresários engratados, personalidades da sociedade carioca, políticos e altos funcionários da burocracia estatal, dirigentes de organizações não governamentais festejadas pela mídia <....>. Eles já se conhecem, encontram-se quotidianamente em outros cenários. São brancos, polidos, bem vestidos - elegantes, enfim. Aqui e ali alguns desconhecidos sentem-se suficientemente à vontade para aproximar-se do farto bufê e partilhar do desjejum. A sessão de instalação do Conselho da Cidade vai começar. Todos já se credenciaram, isto é, assinaram a lista de presença e receberam pastas e crachás. Hino nacional e, logo a seguir, o coral que entoia Cidade Maravilhosa. Discursam o Presidente da ACRJ e o Presidente da FIRJAN. Aplausos. É a vez do Secretário Municipal de Urbanismo². Aplausos. Eles nos falam da viabilidade da cidade e da importância dos cidadãos se unirem para recuperar a cidade. Dizem do vanguardismo e pioneirismo da cidade, que será a primeira, no Hemisfério Sul, a ter um plano estratégico.



É a vez do Dr. Jordi Borja, presidente da empresa consultora Tecnologias Urbanas Barcelona S.A.: retórica erudita de um acadêmico calejado, entremeada de elogios às potencialidades da cidade e ao espírito criativo de seu povo - Barcelona também é aqui. O Diretor Executivo do PECRJ³ traça um quadro da ascensão e declínio do Rio de Janeiro, para concluir ressaltando suas vantagens comparativas nesta era de competição e globalização. O Prefeito toma a palavra para, de forma solene, instalar o Conselho da Cidade. Imediatamente, o locutor oficial convida os conselheiros a dirigirem-se às escadarias do jardim, onde será tirada,

como constava da programação, uma foto histórica.²⁴

Deste processo nasceu a candidatura de Luiz Paulo Conde e a primeira candidatura da cidade a sede olímpica, que contou também com consultoria catalã.

Mas, afinal de contas, que concepções de cidade subjazem a este processo? Que coalizão é esta que hoje, inegavelmente, hegemoniza uma cidade por tantos anos carente de qualquer projeto - seja dentre os dominantes, seja dentre os dominados, no seio da direita ou da esquerda?

Para identificar a natureza e origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano

hoje hegemônicos, o primeiro passo é entender que a ofensiva do pensamento neo-liberal teve profunda influência sobre as políticas urbanas. Enquanto o Consenso de Washington e o ajuste estrutural, tanto nos países centrais como periféricos, reconfiguravam as economias nacionais, um reajuste e um novo consenso urbanos se impunham. No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do estado, expressa entre outros nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento dito estratégico, que se pretende flexível, amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*).

A transposição dos conceitos e métodos do planejamento estratégico empresarial, nascido na Harvard Business School, conduziu rapidamente a que as cidades fossem, elas também, pensadas como empresas, em competição umas com as outras. “As grandes cidades são as multinacionais do século XXI”⁵, anunciaram os consultores catalães no texto oficial da II Conferência Habitat, realizada em Istambul, 1996.

E já que a cidade é uma empresa, como tal deve ser conduzida. Por conseguinte, há que entregá-la, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas. As parcerias público-privadas são a nova senha também nas cidades. Ao final de uma de suas inúmeras conferências,



congressos, workshops e seminários, o Banco Mundial deixava clara sua mensagem: “o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais”⁶.

O repertório da mercantilização urbana distribuído por agências multilaterais e consultores internacionais não é muito variado: competição inter-urbana, marketing de cidades, favores e benefícios aos capitais globais, parcerias público-privadas, gestão empresarial, empresariamento da cidade. Grandes projetos com forte apelo simbólico (grandes museus, por exemplo), mega-eventos esportivos, exposições internacionais comparecem com uma monótona regularidade em estratégias que, por seu lado, não se cansam de proclamar sua originalidade e criatividade. Mas, sem dúvida, trata-se de negócio, e não de arte, quando se constroem novos e majestosos museus. Assim como também se trata de negócio, e não de esporte, quando se organizam Jogos Olímpicos.

A retórica olímpica não consegue mais esconder a essência da operação. Como compensação às cidades que se prestam a investir bilhões para 15 dias de glória, prometem agora o chamado “legado”. Em troca do negócio, nos dizem, vamos cuidar do meio ambiente, dos transportes, da questão social ... Nem Atlanta, nem Pequim, nem Atenas sugerem que esta nova retórica tenha qualquer sentido. Em Montreal, o legado é a enorme dívida. Isso para não falar dos Jogos Pan-americanos de 2007, aqui mesmo, entre nós, cujo maior legado são elefantes brancos e uma fatura engordada a golpes de aditivos aos contratos.

Quanto custarão os Jogos Olímpicos? Eis algo que ninguém arrisca dizer, nem mesmo o Comitê Olímpico Internacional, que, por via das dúvidas, cobra dos governos nacionais o compromisso de cobrirem todas as eventuais perdas. Assim, um cheque em branco é passado a autoridades locais e a grupos empresariais estrategicamente – aqui sim a palavra ganha sentido – situados nos centros decisórios que determinarão as empreiteiras a contratar, os terrenos a serem adquiridos, os consultores a serem recrutados.

Seja na linguagem científica (teoria dos jogos), seja na linguagem corrente (jogo de azar, jogo de algum esporte), a palavra jogo sempre evoca a ideia de indeterminação. O Houaiss, entre outros significados, registra: jogo é “*percurso aleatório, irre-*

gular; idas e vindas, incertezas”. Um jogo é sempre, por definição, um processo aberto, cujo desenlace é indefinido. Quando se trata de jogos que opõem dois ou mais contendores, somente podemos falar de um verdadeiro jogo se não sabemos quem serão os vencedores e perdedores. Sem dúvida, estatísticos, tanto quanto apostadores, podem se comprazer em calcular probabilidades, mas a indeterminação permanece essencial à própria ideia de jogo. Que o Fluminense tenha escapado da segunda divisão na undécima hora do campeonato brasileiro é apenas a mais recente e, para os tricolores, a mais doce confirmação desta verdade.

Ora, os Jogos Olímpicos Rio 2016 fogem totalmente a esta regra. Sabemos desde já quem serão os ganhadores – as grandes empreiteiras, os grandes proprietários de terras da Barra da Tijuca, que terão seu patrimônio fundiário valorizado pelos investimentos bilionários. Enquanto isso, os perdedores também já são conhecidos, e permanecerão desprovidos de transporte naquelas áreas onde reside a imensa maioria da população de nossa cidade - Zona Norte, subúrbios, Baixada fluminense e Grande Niterói.

O legado, já sabemos de antemão: uma vez mais a socialização dos custos e a privatização dos benefícios. E uma cidade ainda mais desigual e injusta.

⁵ Carlos Vainer é professor titular IPPUR/UFRJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ É bom não esquecer que o reinado de Cesar Maia se estende por mais de 15 anos, já que assumiu pela primeira vez a prefeitura em janeiro de 1993. Eleito pelo PDMB, bandeou-se para o PFL em 1995. Foi prefeito por 3 mandatos (1993-1996, 2001-2004 e 2005-2008). Luiz Paulo Conde (1997-2000) e Eduardo Paes (assumiu em 2009) emergiram para a política local sob a tutela, e como afilhados, de Cesar Maia, mantendo, no essencial, as mesmas orientações, práticas e retóricas.

² Era Secretário Municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde, que vai ser eleito sucessor de Cesar Maia, com o apoio deste.

³ Economista Carlos Lessa.

⁴ Carlos Vainer, “Os liberais também fazem planejamento urbano: glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B.. A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos. Petropolis: Vozes, 2000.

⁵ Borja, Jordi; Castells, Manuel. Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid, United Nations for Human Settlements/Taurus/Pensamiento, 1997.

⁶ Urban Partnership & The TWU Urban Division. The urban dialogues. Learning events summary notes. S.I, 1998.

Salto qualitativo na retomada do desenvolvimento

■ André Urani*

Durante uma geração inteira, a economia brasileira cresceu pouco e a carioca menos ainda; neste final da primeira década do século XXI, se a economia brasileira parece ter recuperado uma trajetória de desenvolvimento sustentável, a do Rio de Janeiro apresenta perspectivas ainda melhores.

Há várias razões por trás desta virada: a mobilização da sociedade civil e do empresariado, a inédita união de esforços entre estes e as três instâncias de governo a partir da eleição de Sérgio Cabral Filho ao Governo do Estado, os ganhos de qualidade na gestão da coisa pública, a maior eficácia das políticas públicas... Tudo isto se reverteu, nos últimos anos, numa grande capacidade de atração de investimentos que não apenas fizeram com que o mercado de trabalho carioca (mais ainda que o do país como um todo) atravessasse praticamente incólume a recente turbulência financeira internacional, como configura uma significativa “mudança do sinal da derivada”.

A carteira de investimentos previstos para os próximos anos (vários deles já em andamento) impressiona, não somente por suas dimensões, como por sua diversificação. Segundo a Firjan, o estado como um todo receberá cerca de 120 bilhões de Reais de investimentos durante o triênio 2010-2012. O melhor, contudo, é que há sinais claros de que o “sam-

ba de uma nota só” que caracterizou a economia fluminense de meados dos anos 90 até meados da década em curso (período em que a economia do estado cresceu mais que a do país, mas em função unicamente da pujança da extração de petróleo no norte do estado, com pouquíssimas recaídas em termos de bem estar do conjunto da população) ficou pra trás: por um lado, há vários setores dinâmicos; por outro, grande parte destes investimentos se concentra na região metropolitana que, durante um quarto de século, praticamente não avançou em termos de desenvolvimento econômico.

Vários projetos de infra-estrutura estão em curso ou prestes a deslançar, da urbanização de favelas (PAC e Favela-Bairro III) à implantação do Corredor T5 (ligando a Barra da Tijuca à Penha), passando pela construção de 50 mil casas populares (Projeto “Minha casa, minha vida”) e pelo “Porto Maravilha”. Estima-se que mais de 20 bilhões de Reais serão gastos nestes projetos durante o próximo triênio. E ainda existe a possibilidade de que o projeto do trem-bala saia brevemente do papel.

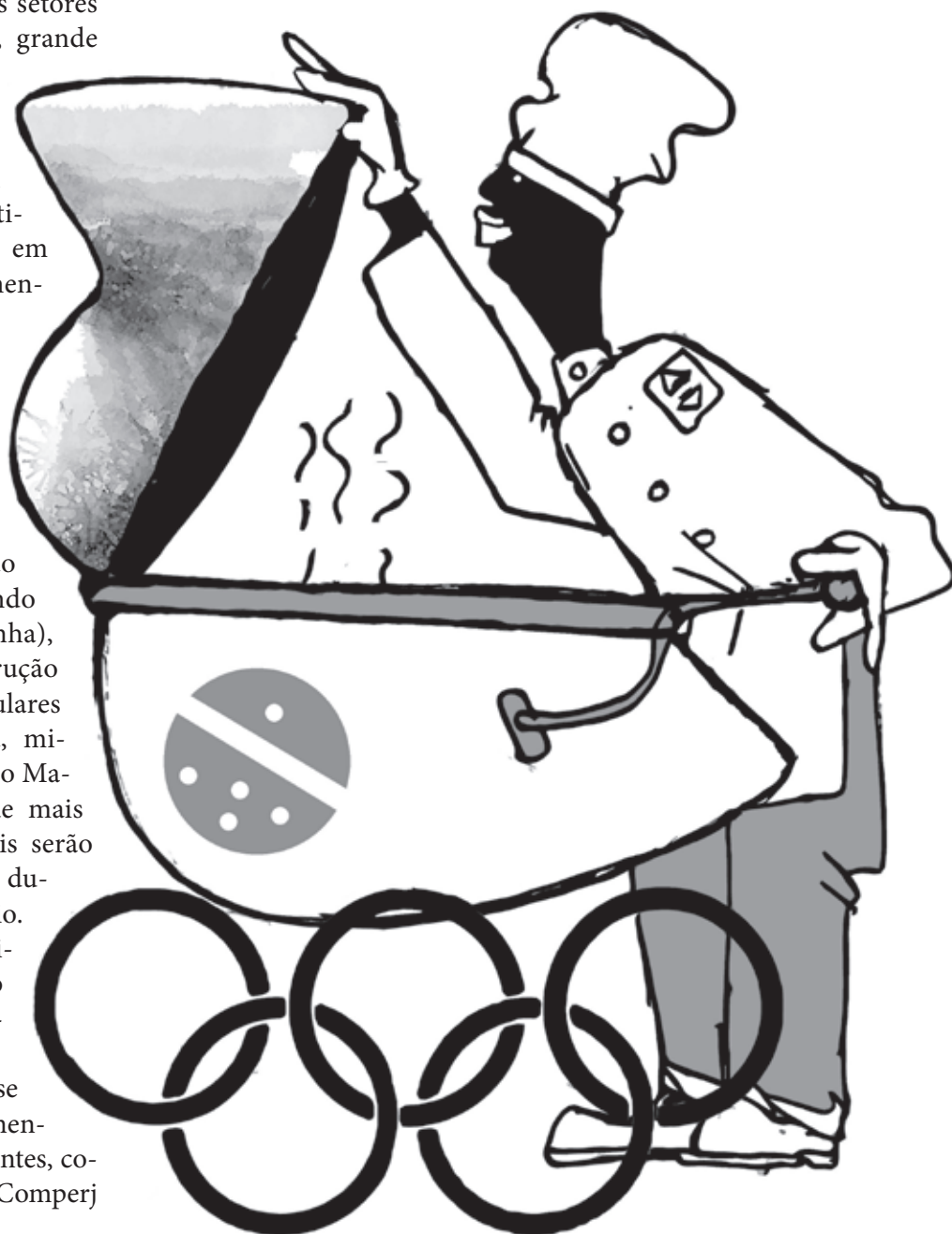
A estes, somam-se vários outros investimentos produtivos importantes, como a implantação do Comperj

(quase 15 bilhões de Reais) e da CSA (13 bilhões), ou a duplicação da capacidade instalada da siderúrgica da Gerdau (1 bilhão), a crescente vitalidade das incubadoras tecnológicas, a pujança de diferentes tipos de arranjos produtivos locais metropolitanos e o dinamismo do mercado imobiliário – em toda a região metropolitana (inclusi-

ve subúrbio da capital e Baixada Fluminense).

E ainda temos as três “jóias da coroa”:

- O Pré-Sal;
- A realização da final da Copa de Mundo de futebol de 2014 no Maracanã renovado, com toda a visibilidade internacional que isto trará para a cidade;
- A organização dos Jogos Olímpicos.



picos de 2016, com todos os investimentos públicos e privados (cujas estimativas preliminares somam cerca de 50 bilhões de Dólares) que isto irá acarretar, e todos os impactos que estes dois grandes eventos deverão ter sobre a indústria do turismo.

O Rio de Janeiro parece, portanto, estar enfim trilhando o caminho de seu revocacionamento econômico. A organização de eventos internacionais, o dinamismo de grandes indústrias siderúrgicas, petroquímicas e navais, a logística, o mercado imobiliário, e até mesmo os serviços financeiros sofisticados deverão proporcionar inúmeras oportunidades aos jovens cariocas que entrarão no mercado de trabalho nos próximos anos, pondo fim a um longo período de estagnação econômica e de imobilidade social. E ainda há inúmeras oportunidades a serem criadas se algumas vocações latentes, como as que existem no campo da energia, da sustentabilidade e da economia criativa, forem trabalhadas de forma adequada pelos diferentes atores públicos e privados que podem ter interesse nestas áreas.

O mais importante, porém, é que não se trata de uma mera reedição de um modelo de desenvolvimento nos moldes daquele que experimentamos durante grande parte do século passado. Não apenas por que as fontes de dinamismo econômico hoje já não são as mesmas do passado, mas porque há uma clara consciência, por parte de todos os stakeholders deste processo de que não se trata apenas de crescer.

Por um lado, a sustentabilidade hoje é um tema incontornável, e tem sido rapidamente incorporada (até por conta da COP-15 em Copenhague) em

suas agendas pelas diferentes esferas de governo, pelas grandes empresas, pelas principais entidades empresariais e não apenas pela sociedade civil.

Por outro, há uma consciência clara de que de nada adianta crescer se não houver inclusão social. Não se trata apenas de um discurso “politicamente correto”. Hoje percebemos, todos, que:

- O domínio do poder paralelo em amplas fatias do território da cidade, resultado de décadas de complacência com a informalidade, pode se tornar o principal obstáculo ao sucesso do processo virtuoso descrito acima;

- Não há como pacificar a cidade de forma duradoura sem reduzir as desigualdades que saltam aos olhos de todos;

- A redução destas desigualdades passa por:

- > Uma maior sintonia entre as políticas públicas das diferentes esferas de governo. Por exemplo: não adianta urbani-

zar se não pacificar, ou se não se melhorar a capacidade de geração de renda das comunidades beneficiadas;

- > A articulação de esforços entre as políticas públicas e as ações empresariais, seja das concessionárias de serviços públicos (particularmente, mas não somente, na distribuição de energia elétrica), seja de entidades financeiras;

- > A melhora do ambiente de negócios nas comunidades contempladas, combatendo a informalidade, reduzindo a carga tributária e as barreiras burocráticas e aprofundando os mercados dos serviços empresariais (como capacitação, assistência técnica, crédito, seguros, telecomunicações, energia elétrica etc.)

- A participação efetiva em processos desta natureza pode se tornar, para muitas empresas, um investimento extremamente interessante, seja (no

caso de uma empresa como a Light) para transformar consumidores em clientes (reduzindo, desta forma, suas perdas não-técnicas), seja (para bancos, empresas de telecomunicações ou varejistas) para explorar melhor o mercado da chamada “baixa renda”.

Repare que isto na prática significa, dentre outras coisas, o fim do monopólio do(s) governo(s) nas estratégias de desenvolvimento. Ainda que de forma incipiente e descoordenada, estamos no bojo de um processo de redefinição do espaço público, para muito além das fronteiras estatais.

Neste cenário de recuperação generalizada, as Olimpíadas merecem um papel de destaque. Não tanto pela emoção de trazeremos velocistas jamaicanos e halterofilistas búlgaras, mas porque os compromissos assumidos com metas claras em diferentes áreas de desenvolvimento urbano obrigam-nos a dar um salto qualitativo na formulação e implementação de políticas públicas. Como não temos idéia de quem será o prefeito, o governador e o presidente da República em 2016, seremos forçados a termos políticas “de estado” – e não apenas “de governo”.

É uma chance incrível que temos para amadurecer nosso sistema democrático e para sair da lógica do pacto circunstancial que temos hoje em favor do Rio para a de um pacto estruturante, de maneira a promover a transformação estrutural da economia local, firmando os alicerces para sua inserção competitiva no Brasil e no mundo neste novo século.

* André Urani é pesquisador do IETS.



“Deveremos buscar para a cidade, região metropolitana e estado uma política que tenha centralidade na cadeia produtiva do petróleo e gás e nas áreas de turismo, design, entretenimento, cultura, mídia e esporte.”



Com as Olimpíadas de 2016, o Rio de Janeiro tem a oportunidade de se revitalizar e se modernizar, revertendo um processo de decadência econômica na qual está mergulhado há décadas e despontando como o maior polo esportivo latino-americano. Essa é a conclusão do economista Mauro Osório, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e presidente do Conselho de Informações Estratégicas do Instituto Pereira Passos. Em entrevista ao JE, o professor conta como o Rio de Janeiro pode usar o esporte para dar uma guinada em seu crescimento.

P: Com petróleo, Olimpíadas e Copa, podemos dizer que o processo de decadência da economia do Rio de Janeiro acabou?

R: O Rio de Janeiro vive um momento particularmente favorável para reverter a sua trajetória econômico-social desde os anos 60 e 70. Nesse período, houve um descolamento da trajetória do Rio vis-à-vis a trajetória brasileira. Do ponto de vista do PIB, por

exemplo, o estado do Rio de Janeiro tem a maior perda de participação no PIB nacional, entre todas as unidades federativas, no período entre 1970 e 2006, em torno de 31,1%, de acordo com o IBGE. Da mesma forma, a cidade do Rio de Janeiro tem a maior perda de participação no PIB nacional, entre as capitais, no mesmo período, em torno de 62,5%. Em período recente, dados apontam que o estado, a metrópole e a cidade começam a se aproximar da trajetória nacional. A consolidação da reversão passa, entre outros aspectos, por consolidarmos o desenho de estratégias e políticas que visem um real aproveitamento da oportunidade que esses setores oferecem para a nossa região. Entendo que essa consolidação passa não só pela estratégia que deverá ser desenvolvida pelo setor público na região, mas também pela ampliação da participação da sociedade civil, e particular-

mente dos economistas nos debates regionais. Em nossa região, por sua história, temos grande tradição na discussão sobre temas macro-econômicos nacionais e uma importante rarefação na reflexão regional. Excetuando-se a importante iniciativa da Candido Mendes de Campos, de criação de um Mestrado na área de Economia Regional, não temos em nenhum programa de Mestrado e Doutorado em Economia, na região Metropolitana, linhas de pesquisa na área de Economia Regional.

P: Como você vê as oportunidades de desenvolvimento econômico colocadas para o Rio de Janeiro, em função de projetos já em andamento (como o complexo siderúrgico e portuário de Sepetiba e o complexo petroquímico em Itaboraí) e também em decorrência da escolha da cidade como sede das Olimpíadas de 2016?

R: O Rio de Janeiro vem tendo forte especialização em commodities. Acredito que o desafio colocado seja definir uma política de encadeamentos com base nos grandes empreendimentos previstos para nossa região. Na área do petróleo e gás, por exemplo, é importante que consigamos nos apropriar do fato de já existir uma economia de aglomeração vinculada a essa área, consolidando um cluster no Rio de Janeiro. Trabalho recente do BNDES aponta que aqueles países, como a Inglaterra, que tentaram criar diversos clusters na área de petróleo, não tiveram o mesmo sucesso que países como os EUA e a Coréia, que buscaram ter um único cluster. Uma outra área em que o Rio possui forte potencialidade é a vinculada a turismo, design, entretenimento, cultura, mídia e esporte. Nas áreas de entretenimento, cultura, mídia e esporte, a cidade do Rio de Janeiro chega a apresentar um número de empregos formais bastante próximo ao existente na cidade de São Paulo, apesar desta cidade ter o dobro de empregos formais para o total das atividades econômicas. Eventos como as Olimpíadas costumam mudar o patamar de recebimento de turistas, pela visibilidade que a região passa a ter. Somente no dia do resultado da vitória do Rio na conquista das Olimpíadas de 2016, havia em torno de um bilhão de televisores ligados, assistindo. Dessa forma, entendo que deveremos buscar para a cidade, região metropolitana e estado uma política que tenha centralidade na cadeia produtiva do petróleo e gás e na área de serviços, nos setores citados. Na área de esporte, entendo que devemos buscar ter uma política de massificação da prática esportiva em todo o estado e que torne o Rio a capital de esportes da América Latina.

P: Como não repetir com as Olimpíadas os erros que fizemos com os Jogos Pan-Americanos (pouca transparência nos gastos e instalações abandonadas)?

R: Entendo que isso deve se dar através de uma ampliação do olhar local dos cariocas, seja do ponto de vista da fiscalização dos gastos, seja, principalmente, da participação da sociedade carioca e fluminense na cobrança e participação no desenho de uma estratégia que permita gerarmos efetivos legados a partir da conquista das Olimpíadas, da ocorrência dos Jogos Mundiais Militares, na Zona Oeste, em 2011, e a partir da centralidade que podemos ter na Copa do Mundo.

P: Você vê com bons olhos a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO), nos moldes de Londres 2012?

R: Em tese, me parece uma idéia correta, visando permitir uma maior coordenação do evento. Novamente, entendo que é de fundamental importância a participação da sociedade, através de suas diversas entidades.

P: Quando se discute os impactos positivos das Olimpíadas sobre a cidade sede, sempre se menciona a experiência de Barcelona. Por que a experiência de Barcelona foi tão bem sucedida? Quais as chances que teremos de algo similar acontecer no Rio de Janeiro?

R: Barcelona teve uma experiência bem sucedida por ter aproveitado a Olimpíada e os investimentos que ela gera para recuperar áreas degradadas. Entendo que o Rio de Janeiro conquistou o privilégio de sediar o Pan-Americano e agora as Olimpíadas, em boa medida, pelo seu capital intangível. O historiador de arte e ex-prefeito de Roma,

Giulio Argan, aponta que todo país do mundo tem uma cidade que é a sua referência internacional. Quando pensamos nos EUA, pensamos Nova Iorque e não Washington. A cidade de referência externa de um país é normalmente aquela em que ocorrem centralmente eventos vinculados à cultura, finanças, poder etc. O Rio de Janeiro, de acordo com Carlos Lessa, nasce como porto e fortificação militar, tornando-se ao longo da história eixo de logística do país, Capital a partir de 1763 e lócus central da capitalidade brasileira a partir da transferência do Império português para o Rio e do choque de modernização sofrido à época. Essa história do Rio de Janeiro, tornando-se, por exemplo, o principal espaço em que se produz a música brasileira, faz com que ele tenha uma imagem internacional bastante positiva, apesar de seus problemas, como os vinculados à segurança pública. Acredito que este tenha sido um dos aspectos fundamentais para a conquista das Olimpíadas. Recentemente foi realizada uma dissertação de Mestrado na Europa, na qual o autor fez entrevistas em aeroportos perguntando qual seria a cidade no mundo melhor adaptada à preocupação ambiental. Surpreendentemente foi o Rio de Janeiro. De fato, a cidade do Rio de Janeiro possui importante floresta na área urbana e uma preservação de Mata Atlântica no total do estado bastante superior à existente no país. Entendo, no entanto, que o resultado dessa pesquisa deve-se muito mais à imagem positiva externa brasileira. Dessa forma, acredito que deveríamos aproveitar o capital intangível do Rio e este momento em que ocorrerá maior disponibilidade de recursos para investimentos, sejam vinculados à realização da Olimpíada

de e Copa do Mundo seja pelas melhores perspectivas para a economia carioca, fluminense e brasileira, ampliando o capital tangível da cidade e metrópole. Isso deveria se dar através de investimentos em toda a cidade e metrópole, despoluindo a Baía de Guanabara, implantando uma real política de transporte de massas na região metropolitana, universalizando a oferta de água nos municípios periféricos da cidade do Rio de Janeiro, ainda bastante carentes, e consolidando uma política pública de gestão para a região metropolitana.

Voltando ainda para o exemplo de Barcelona, desde a disputa do Rio pela conquista da realização do Pan-Americano, **a opção foi propor a realização dos eventos com maior centralidade na região da Barra da Tijuca. Isto ocorreu pela resistência dos organismos internacionais em dar ganho para o Rio pela questão da violência. Entendo que esta questão e a preocupação em conquistarmos os eventos fizeram com que fosse plausível propor a Barra da Tijuca. No entanto, é incontestável que do ponto de vista social e urbano era melhor ter uma centralidade na região da zona Portuária e Suburbana.**

Dessa forma, na linha de buscar-se produzir uma estratégia adequada para a cidade do Rio e a região metropolitana, acho que seria importante buscar-se desenhar uma política, negociada com o COI no que for necessário, de trazer prioritariamente para essas duas regiões todas aquelas atividades vinculadas não só às Olimpíadas, mas, também, à Copa do Mundo.

P: Fala-se em intervenções urbanísticas como a revitalização da região do porto, corretores de transportes de massa (especialmente metrô e barcas), construção de novas instalações esportivas. O que você acredita que será concretizado? Que impacto terá na vida do carioca?

R: Hoje a cidade do Rio de Janeiro tende a não crescer mais. De acordo com dados da população em idade ativa, da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, entre outubro de 2008 e outubro de 2009 teria ocorrido uma queda do número de jovens entre 18 e 24 anos de idade, em torno de 33 mil pessoas. Dessa forma, o mais razoável na cidade do Rio de Janeiro é procurar adensar áreas já infra-estruturadas, como a zona Portuária e Suburbana. No entanto, através do Programa Minha Casa, Minha vida, existe uma previsão de ampliação do número de moradores em Santa Cruz, Bangu, Campo Grande e Realengo de em torno de 100 mil pessoas. Da mesma forma, com a centralidade que a Olimpíada terá na Zona Oeste, os investimentos de transporte que serão feitos na região e o novo zoneamento previsto para as regiões de Vargem Grande e Vargem Pequena, também há previsões de aumento do contingente populacional para aquela região em torno de 100 mil pessoas. Para revitalização da Zona Portuária também se prevê um número em torno de 100 mil pessoas que passem a viver ou trabalhar na região. Ora, se a cidade não cresce mais, como teremos pessoal suficiente para essas três previsões? Novamente acredito ser necessário aprofundar o debate na sociedade sobre as estratégias que deverão ser efetuadas.

P: Até 2016 teremos mudanças nas várias esferas de governo. O que garante que o entrosamento

entre as esferas municipal, estadual e federal se mantenha no futuro?

R: A articulação entre as três esferas de governo foi de fundamental importância para a conquista das Olimpíadas. Entendo, no entanto, que a importância desse fato é muitas vezes supervalorizada. A máquina pública no estado do Rio de Janeiro passou, desde o primeiro governo Chagas Freitas, por um forte processo de desestruturação. Muitas vezes deixávamos de conseguir recursos que já estavam disponibilizados por não termos condições nem de montar projetos e apresentação de documentos que outros estados conseguiam viabilizar. No atual governo, começa a ocorrer uma política de reestruturação da máquina pública. No Detran, ocorre o primeiro concurso público em toda sua história. Em outras áreas, onde não eram realizados concursos públicos há 20 ou 30 anos, isso começa a ocorrer. Acredito que com a ampliação da participação e cobrança dos cariocas nos temas regionais, possa ser possível dar continuidade à reestruturação que se inicia e ter um nível de cobrança que permita uma continuidade para a viabilização dos eventos e sua apropriação pelos cariocas e fluminenses, independentemente de quem venha ganhar as eleições, democraticamente, no correr desse período.

P: O judiciário e o ministério público serão obstáculos para a realização das Olimpíadas? Que lições tiramos do Pan-Americano com relação a isso?

R: Acredito mais em correta alocação de recursos através do controle da sociedade do que de instituições públicas, embora reconheça o seu papel fundamental. Entendo, no entanto, que es-

sas instituições públicas devem evitar correr o risco de se imiscuir em questões de estratégia e se limitar a avaliar questões do ponto de vista legal e ético.

P: Como enfrentar o problema da violência na cidade? Precisaremos de tanques na rua como na RIO-92?

R: A carência de reflexão regional leva os cariocas, em meu entendimento, via de regra, a não perceberem as especificidades da realidade econômico-social da cidade, metrópole e estado.

Quando ocorreu o golpe de 64, o Rio de Janeiro foi particularmente atingido pelas cassações. Nessa cidade, que era onde ocorria centralmente o debate brasileiro, as cassações levaram de rodo as principais lideranças, passando da esquerda e PTB à UDN. Isso fez com que lideranças clientelistas que existiam no plano do jogo local da cidade, passassem a ter uma hegemonia na vida política, inicialmente sob a liderança de Chagas Freitas. Essa lógica clientelista e desestruturante é hegemônica desde então, levando a uma série de problemas como uma particular institucionalização da corrupção e ligações com o crime da área de segurança em nossa região. Dados existentes apontam que chegou a ocorrer um percentual de 90% de mortes de policiais em dias de folga! Quando veio a Guarda Nacional para a cidade, no evento Pan-americano, policiais de outros estados, inclusive violentos como Pernambuco, demonstraram-se, conforme notícias na mídia à época, estupefatos com a rejeição da população em áreas carentes às forças



policiais de nosso estado. Além disso, ficaram também surpresos com o nível de armamentos em regiões em que existem estados paralelos. Acredito que em momentos de eventos como o do Pan-americano ocorra um grande armistício não combinado formalmente. O tráfico e as milícias não tentam invadir novos territórios e o mau policial para de achacar. Dessa forma, não vejo problema, do ponto de vista da violência no momento do evento, e também não vejo necessidade de tanques na rua. O desafio é a consolidação de uma nova política de segurança pública em nossa cidade e estado. Tendo em vista essa minha avaliação, acredito que o término das nomeações politiquieiras para a área de segurança tenha um peso maior do que o hegemonicamente avaliado pela sociedade. Além disso, é necessário apoiar e principalmente cobrar uma política que leva à efetiva universalização das Unidades Pacificadoras. Essa política que, inicialmente, terá que ter um efetivo bastante grande, poderá ser progressivamente diminuída na medida em que se naturalize na RMRJ situações que já existem em outras metrópoles brasileiras, apesar da existência da violência que é comum a todos.

BNDES, cada vez mais na mira

■ Patrícia Bonilha*

Recentemente, vários indícios apontam para uma crescente compreensão, dentre diferentes setores da sociedade brasileira, de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) precisa mudar radicalmente sua atuação.

Contando com um orçamento de R\$ 160 bilhões para o ano de 2009 – o que o coloca na posição de um dos maiores bancos de fomento do mundo – o BNDES vem sendo considerado co-responsável por severos impactos socioambientais, culturais e econômicos causados a uma diversidade de populações em todo o País. Quem faz essa avaliação são mais de trinta organizações, redes e movimentos sociais brasileiros, que desde 2007 compõem a Plataforma BNDES. Esta articulação se baseia no fato de que estes megaprojetos impactantes – principal-

mente na área de infraestrutura e indústria, como hidrelétricas, siderurgias, frigoríficos, papel e celulose e etanol – não sairiam do papel se não fosse a garantia de financiamento do Banco.

Um dos principais problemas é que, apesar de ser bastante autônomo, o BNDES segue a diretriz de modelo de desenvolvimento definida pelo governo federal, baseada em projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ou seja, em nome do “desenvolvimento”, o Banco financia multinacionais brasileiras e estrangeiras no Brasil, América Latina e África, para construir obras que deslocam e interferem no modo de vida de populações, alagam territórios, poluem rios, desmatam, aumentam a prostituição – inclusive infantil – causam conflitos agrários e até mesmo mortes. Principal instrumento de financiamento

deste modelo predatório, o Banco acaba aprofundando a desigualdade social e a acumulação de riqueza, ao invés de investir no atendimento das necessidades históricas da maioria da população brasileira, como saúde, educação, moradia e desenvolvimento local e solidário.

Com o objetivo de dar visibilidade à equivocada atuação do Banco e demandar a sua reorientação política, a Plataforma BNDES realizou entre os dias 23 e 25 de novembro, no Rio de Janeiro, o I Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas por Projetos Financiados pelo BNDES. O evento contou com a participação de cerca de duzentas pessoas de todo o País, além de representantes de populações atingidas pelo financiamento do Banco no Equador e na Bolívia.

Longe de ser um evento pontual, o Encontro foi considerado um avanço no processo de demandar do Banco uma alteração profunda da sua política de desembolso. Há dois anos, quando participou da Assembleia Geral da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, em Brasília, o presidente do BNDES Luciano Coutinho recebeu um documento da Plataforma BNDES demandando transparência, participação e controle social, critérios socioambientais, além de políticas setoriais (como descentralização do crédito e desenvolvimento rural agroecológico). Naquele momento, Coutinho disse que concordava com a maioria das demandas apresentadas e se comprometeu a abrir um canal de diálogo com a Plataforma.

Como os avanços não aconteceram no plano concreto, a Plataforma BNDES investiu na realização deste Encontro. Os pontos altos do evento foram os fortíssimos depoimentos e o protagonismo assumido pelos representantes das populações afetadas pelo financiamento do BNDES, como ribeirinhos do Rio Madeira, que perderam suas casas, terras e fonte de renda com a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau; os agricultores, indígenas e quilombolas atingidos pelas plantações de eucalipto da Aracruz no Espírito Santo; as comunidades que sofrem os impactos da siderurgia e dos altíssimos investimentos feitos em companhias como a Vale do Rio Doce; e os agricultores e indígenas impactados pela expansão do etanol no Mato Grosso do Sul. Representantes do Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fobomade) e da Acción Ecológica trouxeram para o Encontro as denúncias sobre como hidrelétricas financiadas pelo BNDES tanto na Bolívia quanto no Equador estão impactando as comunidades naqueles países, interferindo inclusive no acesso à água. Representantes dos povos do Xingu também deram depoimentos sobre como as vidas de milhares de pessoas, incluindo vários povos indígenas, e todo o ecossistema da região – considerado pelo próprio Ministério de Meio Ambiente como área de importância biológica extremamente alta – serão profundamente impactados se a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte for concretizada.





O 1º Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas por Projetos Financiados pelo BNDES aconteceu no Circo Voador, no Rio

Frente a frente com o BNDES: retrocesso e frustração

Após três dias de discussão e reconhecimento da necessidade urgente do BNDES mudar o foco da sua atuação, uma comissão da Plataforma BNDES se reuniu com Luciano Coutinho na tarde do dia 25. Ou seja, já que o Banco não faz o mínimo esforço para enxergar o que os seus financiamentos estão causando lá na ponta - onde as obras são concretas e não meros números abstratos e perspectivas de lucros - os atingidos por essas obras (ou pretensa obra, no caso de Belo Monte) foram até o Banco para evidenciar a realidade.

Para além das falas contundentes e emocionadas de quem tem a vida transformada pelo financiamento do BNDES, o mais chocante foi a reação de Coutinho, com avaliações vazias como: "Reitero o compromisso de levar a sério o documento apresentado", "Muitas vezes entramos como sócios para evitar o pior: que a empresa quebre" e "Já avançamos muito, talvez vocês é que não sabem dos passos dados". No fundo, o presidente do Banco evidenciou, sem qualquer constrangimento, que o BNDES não pretende mudar a sua orientação política e que prioriza as megaempresas, em

detrimento das populações.

Outra mostra de que está cada vez mais visível a responsabilidade do BNDES sobre os impactos nas vidas das pessoas atingidas pelas obras foi a quantidade de questionamentos e cobranças dirigidas ao representante do BNDES durante a Audiência Pública sobre a construção da Usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, convocada pelas 4ª e 6ª Câmaras do Ministério Público Federal. Diante das inúmeras críticas, o técnico de infraestrutura do Banco, André Luiz Rondon, mostrou-se extremamente despreparado e saiu da audiência sem responder a várias perguntas, extremamente vaiado. Antes de sair, porém, ouviu por repetidas vezes, principalmente de lideranças indígenas, que "se as obras de Belo Monte começarem, o Rio Xingu irá virar um rio de sangue e a responsabilidade será dos órgãos do governo federal". Para além dos posicionamentos apresentados pelos indígenas, agricultores e ribeirinhos da região, os próprios procuradores públicos expressaram a preocupação do BNDES financiar uma obra polêmica como esta, a qual não tem nem mesmo a sua viabilidade econômica assegurada.

Em relação à transparência da carteira de projetos do Banco, a Controladoria Geral da União

(CGU) também está insatisfeita com a postura do BNDES. Uma disputa está sendo arbitrada pela Advocacia Geral da União (AGU) porque a CGU insiste no cumprimento da sua atribuição de fiscalizar as operações do BNDES, que tem no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a principal fonte de seus recursos.

O BNDES se recusa a fornecer os dados pedidos pela CGU e argumenta que, por ser uma instituição financeira, isso representa quebra dos sigilos fiscal e bancário. A Controladoria rebate afirmando não se tratar de quebra de sigilo, mas de transferência de informações, que são reservadas para uma divulgação pública, mas devem ser abertas para os órgãos de controle. A explícita e arrogante postura do Banco em se negar a prestar contas sobre as su-

as operações - realizadas com dinheiro público, mas a favor dos empreendimentos privados - pode levar a disputa ao Supremo Tribunal Federal (STF).

As recentes evidências explicitam que mais do que nunca o Banco está sendo observado não só por organizações da sociedade civil como por outros órgãos do Estado. Cabe ao governo federal definir se o Banco vai insistir nessa postura de ser o responsável pelos gravíssimos impactos causados pelo seu financiamento ou vai reavaliar a sua atuação. Pelos motivos citados e pela resistência do BNDES até agora em encarar a sua - cada vez mais - contestada atuação, todos os brasileiros têm motivos para se preocupar.

** Patrícia Bonilha é assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais*

Depoimentos dos atingidos na reunião com Luciano Coutinho:

Cacique Antonio Guarani, atingido pela Aracruz (ES)

"Sofremos as consequências dos grandes projetos. Nossos problemas vêm do que dizem que são projetos de desenvolvimento. Mas esse não é um desenvolvimento para a vida, mas para o desequilíbrio das nossas comunidades. É o progresso da morte, que mata os nossos rios, os animais. A degradação não acontece só na mata, mas também na sociedade."

"O povo precisa viver, não é só a empresa que precisa viver. O planeta Terra precisa ser respeitado."

Cleide Passos, atingida pelas obras da UHE Santo Antônio, Rio Madeira (Rondônia)

"É muito difícil estar aqui e falar com o senhor, que financiou a nossa desgraça. Nós não temos mais o direito de plantar na nossa terra. O importante para nós não é o dinheiro, mas a nossa vida."

"Sobre o dinheiro do Banco, sabemos que é o nosso dinheiro. O senhor está financiando a nossa morte. É a nossa desgraça que o senhor assinou."

Gilberto Cervinski, direção nacional do MAB

"Vocês não têm noção do mal que estão causando. O BNDES financiou as privatizações no governo anterior, e agora financia as mesmas empresas que exploram os nossos recursos naturais."

(Sobre o Madeira) "Não é possível que a Suez receba R\$ 5 milhões. Com esse recurso, poderiam ser assentados milhares de sem-terras. E a obra ainda vai atingir 500 famílias."

"O BNDES tem uma dívida social e ambiental que está aumentando à custa de nossas vidas."

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

*Sujeito a análise de crédito.

www.banrisul.com.br

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

“O Brasil sob a nova ordem”

■ Rosa Maria Marques*

O livro “O Brasil sob a nova ordem – a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula”, 373 páginas, organizado por Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen Ferreira, publicado pela Saraiva, reúne um grande número de elementos que ajudam a compreender as políticas implementadas após a ascensão de Fernando Collor de Mello à Presidência da República e a apreender a complexidade das relações internas e externas do Brasil.

Participam do livro professores e pesquisadores de São Paulo, Vitória, Minas Gerais

e Brasília: Ana Carolina Paes de Barros Boyadjian, Antônio Correa de Lacerda, Áquilas Mendes, Cássia Bömer Galvão, Elizabeth Barros, Estela Capelas, Fabrício Augusto de Oliveira, Jorge Felix, Luiz Alberto de Jesus, Marcel Guedes Leite, Maria Izabel Brunacci, Mariana Batich, Mariana Ribeiro Jansen Ferreira, Maurício de Souza Sabadini, Miguel Huertas Neto, Mônica Landi, Paulo Nakatani e Rosa Maria Marques. Apesar disso, o livro não é uma coletânea de artigos e sim um trabalho coletivo, resultado de dois anos de pesquisa. A elaboração e a discussão dos resultados da pesquisa foram realizadas no in-

terior do Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano, liderado pela professora Rosa Maria Marques. Dessa forma, além dos autores que assinam os textos, houve a colaboração de vários outros pesquisadores, entre alunos do mestrado de Economia Política da PUC-SP e colaboradores externos à instituição.

Tudo começou com um desafio feito por François Chesnais (Université Paris XIII), quando em atividade na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reclamou da falta de um estudo do impacto do neoliberalismo e da financeirização no Brasil. Daí o livro contar com um prefácio de sua autoria. Assim, os temas estudados em cada capítulo têm como orientação geral as consequências das medidas adotadas pelo governo federal a partir das recomendações do chamado Consenso de Washington: a liberalização do comércio internacional, as privatizações das empresas estatais, a liberalização do fluxo de capitais, as mudanças na gestão estatal, as reformas previdenciárias e a política de geração de superávits primários, entre outras.

Em termos gerais, a adoção dessas medidas modificou profundamente a economia brasileira nessas últimas décadas. As transformações na estrutura produtiva e financeira foram efetuadas com maior participação do capital estrangeiro e a retirada do Estado da esfera produtiva. A reforma do Estado e das políticas públicas, sob o pressuposto da ineficiência intrínseca do Estado, foi

efetuada com ênfase no mercado, em particular as reformas previdenciárias. A gestão empresarial foi submetida à lógica da esfera financeira, na qual o conceito de valor acionário passou a ser preponderante, como uma das consequências da expansão e do ingresso acelerado de capitais estrangeiros, seja na forma de investimentos estrangeiros diretos ou em carteira; este último era pouco significativo antes do plano real.

Entre os vários assuntos tratados no livro, destacam-se: a Política Econômica; O impacto da financeirização na determinação do gasto público; As transformações ocorridas no Sistema Financeiro e no Mercado de Capitais; O financiamento e a vulnerabilidade externa; O processo de privatização; As fusões e aquisições ocorridas no período; A Previdência Complementar e a Previdência Pública; O mercado e as relações de trabalho; A Saúde Pública; Os programas de transferência de Renda; O tratamento da Educação; A reforma agrária; e As transformações na imprensa. Dessa forma, para o período que compreende os governos Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, são destacadas e analisadas suas principais medidas, ações e políticas, tanto no campo econômico como social.

Rosa Maria Marques é professora titular de economia da PUC-SP, graduada pela UFRGS, com mestrado na PUC-SP, doutorado na FGV-SP e pós-doutorado na Université Pierre Mendès France, em Grenoble. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e é autora de vários artigos e livros.



Traços olímpicos no projeto orçamentário de 2010

A produção da cidade cada vez mais se envolve com a realização do espetáculo esportivo e a política vem legitimar esse empreendedorismo urbano.

Nelma Gusmão¹

Nesta edição, o FPO-RJ buscou analisar o projeto da lei orçamentária (PLOA) para 2010 com um enfoque especial aos programas e ações que abordassem a questão dos megaventos esportivos na cidade do Rio, em especial as Olimpíadas de 2016.

As Receitas Previstas

O PLOA 2010 estimou uma arrecadação total de R\$13,6 bilhões, revelando um aumento de 11% em relação à previsão de 2009 - valor elevado se considerarmos que anualmente a previsão aumenta 3,7%. A expansão real da receita vem ocorrendo desde 2005, não só na previsão, mas também no valor arrecadado.

A evolução das receitas demonstra também uma reversão na superestimação das receitas observada no período 2004-2007. Enquanto em 2004 arrecadou-se apenas 82% do que fora previsto, em 2008 o valor arrecadado superou a previsão, pela primeira vez, em quase R\$55 milhões (0,5%).

As Receitas Próprias

Focamos nossa análise nas Receitas Próprias² por serem elas resultado de um esforço de arrecadação exclusivo da Prefeitura,

além de sua relativa importância no total das receitas do município. Elas representam em média 32% da Receita Total e seu peso vem progressivamente aumentando, chegando a 37% no projeto de 2010, o que demonstra maior grau de independência financeira da cidade do Rio.

A previsão de arrecadação das Receitas Próprias para 2010 é ainda mais otimista do que a do total das receitas - 13,2% maior do que a previsão de 2009. Ela vem apresentando os mesmos movimentos da Receita Total de forma ainda mais intensa. De acordo com a nossa projeção, em 2009 o valor arrecadado vai superar a previsão (em aproximadamente 2%), repetindo a subestimação da Receita Própria ocorrida nos dois exercícios anteriores. Comparando os valores executados, vemos que a Receita Própria aumentou 42% entre 2004 e 2009 e, caso a previsão de R\$5 bilhões para 2010 venha a se concretizar, teremos neste ano um valor 58% maior que o de 2004 (ver Gráfico 1).

Sobre os impostos que compõem a receita própria, percebemos que apesar de sua relevância no orçamento, o IPTU³ (18% da Receita Total) demonstra relativa estagnação - aumento de 5% desde 2004. O ITBI⁴, por sua vez, cresceu 64% no mesmo período, mas seu pequeno peso (4%) torna sua expansão pouco rele-

vante para as contas municipais.

Sendo assim, o ISS⁵ emerge como a principal receita da Prefeitura carioca. Em 2009 representa mais da metade das Receitas Próprias (57%) e quase um terço da Receita Total. A previsão para 2010 de R\$3,3 bilhões (21% maior que 2009) referenda o aumento, não só absoluto, como também do peso do ISS nas receitas municipais. Sua arrecadação aumenta em média 11% ao ano desde 2004, fazendo com que o valor projetado em 2009 seja 65% maior que o daquele ano e, caso a previsão supracitada para 2010 se concretize, veremos a arrecadação do ISS quase dobrar em 6 anos (aumento de 92% entre 2004 e 2010). Tal crescimento é o maior responsável pela expansão nas contas municipais (ver Gráfico 2) caracterizando um aquecimento da economia no setor de serviços.

As Despesas

De 2004 a 2007 a previsão das despesas superou a sua execução, porém em um ritmo decrescente, culminando em sua reversão em 2008, assim como o ocorrido com as receitas. A Tabela 1 demonstra o comportamento das despesas em relação ao total da despesa anual.

A grande maioria das despesas é naturalmente concentrada em *Custeio*, já que se refere aos gastos com a manutenção da própria máquina pública. Estes gastos costumam ser constantes, variando proporcional-

mente pouco de um ano para outro. A previsão para 2010 é abaixo da média do período de 2004 a 2009 (82%), o que não altera significativamente a disposição dos gastos.

O destaque é dado à rubrica *Investimentos*, uma vez que os dispêndios com infraestrutura são os mais relevantes para a realização de eventos da proporção de uma Olimpíada. Verifica-se que no ano corrente a proporção dos investimentos foi sacrificada para os dispêndios referentes à *Dívida Pública*. Para 2010 tem-se uma previsão maior de investimentos que a execução média dos anos anteriores, além de representar o dobro do apurado até novembro de 2009.

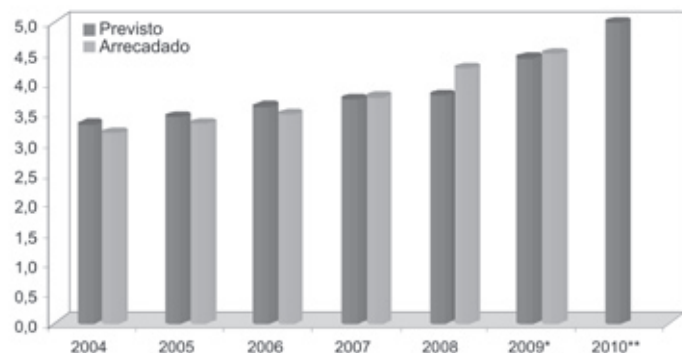
A fim de identificar se o salto observado nos Investimentos municipais reflete um comprometimento das contas públicas com a realização das Olimpíadas de 2016, verificamos a composição dos investimentos previstos para 2010 buscando os projetos que se referiam a sua concretização.

Grandes eventos esportivos - previsão de projetos e suas despesas na PLOA 2010

Foram identificadas no orçamento proposto as ações finalísticas da Secretaria de Esporte e Lazer e os Programas que fazem referência explícita aos Jogos - em diversos órgãos, como as Secretarias de Obras, Habitação e Turismo - e os gastos gerais da Secretaria Especial da Copa 2014 e RIO 2016.

Para o desenvolvimento do esporte e lazer na cidade estão previstas quatro atividades e o projeto de construção de unidades espor-

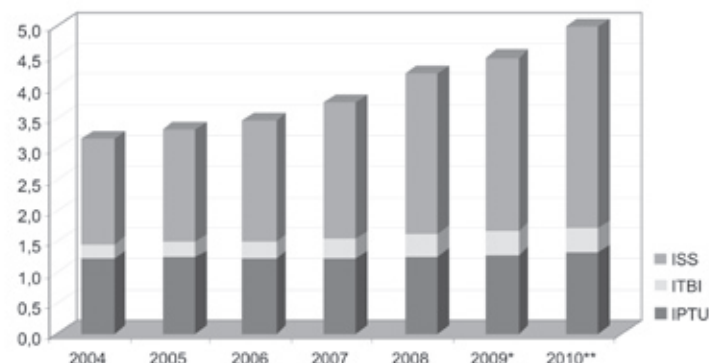
Gráfico 1



* Projeção do valor arrecadado ** Valor previsto

Fonte: Prestação de Contas (2004 - 2008), LOA 2009, Fincon, PLOA 2010.

Gráfico 2



* Total empenhado até dia 25/11/2009. ** Valor previsto.

Fonte: Prestação de Contas (2004 - 2008), LOA 2009, Fincon, PLOA 2010.

Tabela 1

	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	2010**
Custeio	81%	82%	82%	82%	80%	83%	80%
Dívida Pública	9%	9%	10%	9%	8%	12%	9%
Investimentos	10%	7%	8%	9%	8%	5%	10%
Inversões Financeiras	0%	1%	0%	1%	4%	1%	1%
Total	9.678.970	9.453.396	9.665.815	10.798.154	11.811.208	9.544.637	13.600.179

* Total empenhado até dia 25/11/2009. ** Valor previsto. Fonte: Prestação de Contas (2004 - 2008), LOA 2009, Fincon, PLOA 2010.

tivas e de lazer, com investimentos de aproximadamente R\$4 milhões nos bairros de Mato Alto, Vila Isabel e Caju – construção de Vilas Olímpicas. As atividades de manutenção e funcionamento das unidades esportivas da cidade e promoção do esporte e lazer nestes locais somam R\$17,6 milhões.

Outra atividade é a ação de fornecimento de Bolsa-Esporte, cujo objetivo específico é incentivar o aluno da rede pública à prática do esporte; entretanto, o incentivo totaliza apenas mil reais. A prefeitura não estabelece em suas metas quantas crianças/jovens pretende alcançar, ou qual o valor da bolsa por aluno.

Quanto ao apoio ao desenvolvimento da atividade esportiva voltada à competição, a prefeitura tem convênio estabelecido com a União, que proverá a dotação de R\$500 mil para a realização de seis eventos desse tipo em 2010. Espera-se realizar o mesmo número de eventos até 2013.

Há dois grandes programas que fazem referência às Olimpíadas de 2016, sejam as suas ações diretamente relacionadas à movimentação financeira necessária à concretização do evento, sejam as ações que se legitimam no fato de a cidade ter sido escolhida sede olímpica (ver Destaque). São os programas: “Grandes Eventos Esportivos - RIO 2016” e “Porto Maravilha – Plano

de Recuperação e Revitalização da Região Portuária – RIO 2016”.

No primeiro estão previstos, além do projeto para a Olimpíada, os projetos para os Jogos Militares em 2011 e os da FIFA em 2014. Cada um desses conta com uma dotação inicial de R\$1 mil. A mesma soma é prevista para uma ação na Cidade dos Esportes, complexo esportivo criado durante o Pan.

Outro projeto de investimento pretende ampliar a estrutura viária da cidade de acordo com as necessidades de transporte requeridas, já que os equipamentos esportivos estão fortemente concentrados em locais distanciados do centro. O município conta com o empréstimo (simbólico) de R\$1 mil do Ministério das Cidades para a construção de uma faixa exclusiva de 25 km, para ônibus, que deverá ligar a Barra à Penha (corredor T5).

Dentre as ações do Programa Porto Maravilha destacamos o Projeto de Revitalização da Área Portuária, que conta com empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além dos convênios com os Ministérios do Turismo e das Cidades, totalizando R\$34,6 milhões de recursos.

O Porto Maravilha é um projeto de longa data da prefeitura do Rio, mas só ganhou espaço e legitimidade com a candidatura da cidade às Olimpíadas. Hoje conta

com os esforços dos três entes federativos para a sua realização. Isso demonstra as novas relações colocadas entre esporte, política e economia, como destacou a Prof^a. Nelma Gusmão em sua palestra no Corecon-RJ em 26 de novembro.

Identificados os programas que se relacionam com megaeventos esportivos, observamos que eles correspondem a 4,5% do total dos Investimentos da prefeitura (ver na Tabela 2 os valores e pesos dos gastos), o que representa menos de 0,5% do total das despesas. Sendo assim, podemos afirmar que o aumento do peso dos investimentos no projeto orçamentário de 2010 não se deu devido à vitória do projeto olímpico carioca.

Apesar das contas da cidade ainda não estarem fortemente comprometidas com a realização dos Jogos, o acompanhamento e a interferência popular constantes são fundamentais, já que um projeto dessa dimensão vai gerar enormes impactos (positivos e negativos) para toda a população. Continuar perguntando de onde virão os recursos é uma boa indagação. Entretanto, uma vez que a cidade é um espaço de conflito, torna-se ainda mais importante saber quem de fato se beneficiará com esses gastos: a população carioca ou determinados grupos econômicos de elevada influência política.

De acordo com James O'Connor, a atividade financeira do estado capitalista estaria voltada para duas funções básicas em relação ao capitalismo: a legitimação e a acumulação. Para o autor americano, o Estado atua de forma a garantir a acumulação capitalista e para tanto realiza certas despesas sociais cujo papel central é promover a legitimação de suas escolhas políticas entre os cidadãos, de forma não coerciva.

Fato relevante no Orçamento Estadual

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE – não faz parte da Proposta Orçamentária para 2010, porque foi considerada empresa não dependente, na definição da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para se ter uma ideia da modificação, o orçado para CEDAE em 2009 ficou em mais de R\$ 3 bilhões. A redução da receita afetará consequentemente o limite de pessoal definido pela LRF. O mais atingido será o Poder Judiciário, já o Executivo ainda está distante do limite. A análise mais aprofundada dessa modificação será feita oportunamente numa edição vindoura. Outrossim, somente foram identificados dois programas relacionados diretamente aos megaeventos esportivos, totalizando R\$1.200 mil. Entretanto, cerca de R\$114 milhões estão disponibilizados para ações de infraestrutura e de reforma de instalações a serem aproveitadas nas competições.

1 Nelma Gusmão de Oliveira é doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Comitê Social do PAN, organização da sociedade civil que busca intervir e acompanhar a implementação de megaeventos esportivos na cidade e participou do debate realizado em 26 de novembro de 2009.

2 Apesar de o Imposto de Renda ter sido classificado como receita própria a partir de 2008, por motivos metodológicos não o consideramos como tal, não entrando em nosso estudo.

3 Imposto Predial e Territorial Urbano

4 Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

5 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Tabela 2

Despesa Total Prefeitura	Despesa Total Ações	%
13.600.178.533	84.609.616	0,62%
Despesa Prefeitura Investimento	Despesa Ações Investimento	%
1.418.642.985	64.071.726	4,52%
Despesa Prefeitura Custeio	Despesa Ações Custeio	%
10.821.215.712	20.537.890	0,19%

Fonte: PLOA 2010

Alunos do Corecon-RJ têm alto índice de aprovação na Anpec

■ Nada menos que 14 dos 17 alunos do curso do Corecon-RJ “Aperfeiçoamento em Economia: preparatório para a prova da Anpec” que se submeteram ao exame foram aprovados no final de 2009 para mestrados oferecidos pelos centros de pós-graduação filiados à Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia. Junta-se a este grupo de aprovados um estudante que fez o curso em 2008.

O Corecon-RJ oferece o curso anualmente no período de janeiro a setembro. Com

mais de 500 horas-aula, o conteúdo abrange todos os programas das disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia, Estatística, Matemática e Economia Brasileira ministradas nas faculdades de Economia. Por este motivo, ele é procurado também por aqueles que desejam rever e aperfeiçoar conhecimentos nessas matérias.

Dos 43 alunos que frequentaram “Aperfeiçoamento em Economia” em 2009, 26 alunos fizeram o curso porque estão se preparando para concursos, são profissionais de outra

área e querem obter conteúdos para fazer mestrado ou doutorado em Economia, ou querem recordar conteúdos por terem colado grau há muitos anos. Dentre os estudantes que fizeram concursos, dois foram aprovados para a Petrobras e Marinha em 1º lugar.

O Corecon-RJ oferece o curso desde 2004. Antes deste ano, de 1975 a 2001, ele era oferecido pelo Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj) com o apoio do Conselho.

Pelas regras da Anpec, cada candidato aponta seis institui-

ções de ensino de sua preferência. Com base no desempenho na prova, as instituições fazem convites aos estudantes.

A versão 2010 de “Aperfeiçoamento em Economia” se estende de 5 de janeiro a 30 de setembro. A equipe vitoriosa de professores está mantida: Atílio Guaspari, Antonio Carlos Assumpção, André Gaglianone Kasprzykowski, Jorge Cláudio Cavalcante Lima, e Renaut Michel Barreto e Silva.

Parabéns aos aprovados no exame nacional da Anpec e concursos



Antonio Adolpho de Souza Pereira - Universidade Federal Fluminense



Fernando Castanheira Fialho - Universidade Federal Fluminense



Daniele da Rocha Faria - Universidade Federal Fluminense



Bruno Ferreira de Oliveira Universidade Federal Fluminense



Carolina Silveira Rocha Machado - Universidade Federal Fluminense



Cássia Regina Villela de Jesus - Universidade Federal Fluminense



Renata Roqui de Moraes Universidade Federal Fluminense



André Luis Brown de Carvalho - Universidade Federal Fluminense



Ana Carolina Ramalho do Valle Gonçalves - Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Leonardo Ribeiro de Freitas Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Juliana Domiciano Cupti Madeira - Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Guilherme Gomes Nogueira Universidade Federal de Uberlândia



Pedro Henrique de Aguiar Pontes - Universidade Federal de Santa Catarina



Diogo Machado da Rocha Universidade Federal Fluminense (foi da turma de 2008 no Corecon)



Valéria Dias do Nascimento Marques - PPTEC/CEFET na Engenharia de Produção

Aprovados em outros concursos



Priscila Nunes Fraga Maia - 1º lugar no concurso para a Petrobras (Termoelétrica em Serpédica)



Daniel Santos Moura - 1º lugar no concurso para o Quadro Complementar de Oficiais Intendentes da Marinha, na profissão de economista